

## Fernando Molica

### O projeto e as facções na Câmara

Na ânsia de derrotarem o governo e de surfarem na onda de soluções simplórias para o complexo tema da violência, deputados aprovaram um substitutivo de projeto de lei contra facções que poderá mandar alguns deles para a cadeia. A caracterização desse tipo de organização criminosa tem como enquadrar grupos que atuam no Congresso.

O texto aprovado, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pega pesado com grupos que se utilizem de "grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades". Não seria difícil incluir no conceito de grave ameaça as pressões feitas por parlamentares contra o Poder Executivo para aprovarem este ou aquele projeto.

Ao definirem penas muito duras para casos de "infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais", suas excelências devem ter tirado o sono de muita gente que ocupa cargos da Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, destino preferido de emendas que erguem e sustentam tortes da corrupção brasileira.

Também não seria difícil enquadrar como resultado de "grave ameaça" e de "atuação di-

reta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais" a pressão exercida sobre dois gerentes da Caixa Asset para que aprovassem a compra de papéis micados do Banco Master. Ao se negarem, os dois perderam seus cargos: a direção da Caixa foi entregue a indicados por um consórcio de integrantes do Centrão.

Logo de cara, o projeto aprovado por larga maioria criminaliza aquele bloqueio da Mesa da Câmara feito por parlamentares do PL que queriam apressar a anistia. O projeto, que agora será examinado pelo Senado, considera crime "restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico". Ou seja, miraram nas ocupações feitas pelo MST, mas botaram os próprios pescocos na reta.

É fundamental criar mecanismos para coibir organizações cada vez mais sofisticadas, excelente também que, talvez de forma involuntária, o projeto dê margem para processar e punir agentes públicos — políticos, policiais, magistrados — que se valem de seu poder para sequestrar o Estado, para impor seus interesses por meio de pressões indevidas, as tais graves ameaças.

A revisão de pontos da progressão penal também é necessária, chega a ser ofensivo que condenados por crimes graves possam deixar o regime fechado depois de cumprido um sexto da pena; mas é irônico aumentar o rigor quando, na outra ponta, deputados discutem um jeito de diminuir a pena dos que atentaram contra o maior dos nossos bens coletivos, a democracia, base de todos os direitos.

Mas a ânsia punitiva também dá margem para exageros, como o agravamento das punições para integrantes de organizações criminosas. Estabelecida de maneira genérica, punirá não apenas os chefes dessas quadrilhas, mas também jovens envolvidos com o tráfico, muitas vezes encarregados de tarefas que sequer exigem o uso de armas.

São, de um modo geral, pessoas pobres que tiveram poucas oportunidades na vida e foram vítimas de racismo — OK, isso não é motivo para perdoar seus crimes, mas cabe ao legislador ter o cuidado para não cometer o erro de pesar excessivamente a mão e assim impedir qualquer projeto de reinserção social. A política está cheia de exemplos de gente que foi condenada, cumpriu pena e conseguiu voltar para a vida institucional. Não seria justo impedir que outros brasileiros, que ganharam muito menos com o crime, tenham a mesma chance.

## Tales Faria

### Lula diz que Alcolumbre não defenderá derrubada de Messias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a aliados que o Senado aprovará o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da República afirma entender que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), torcesse pela indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga, mas que não podia abrir mão de Messias.

Lula diz não acreditar que Alcolumbre trabalhará pela recusa do nome de Messias pelos senadores, na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

O presidente vê Alcolumbre como um aliado, a quem já deu "várias demonstrações de prestígio". A maior delas foi a pressão para a possível exploração de Petróleo na Margem Equatorial, próxima ao Amapá.

Mas, segundo Lula, a indicação de ministros do STF é uma atribuição exclusiva do presidente da República.

Na verdade, desde a crise do Mensalão, no seu segundo governo, Lula decidiu que, quando tivesse outra oportunidade, não abriria mão de nomear ministros para o Supremo de sua "total confiança".

Ele não teve esta oportunidade na época

do Mensalão. Mas agora, nesta sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, é assim que o presidente tem se pautado nas escolhas para o STF. Indicou seu advogado pessoal, Cristiano Zanin, seu ministro da Justiça, Flávio Dino, assim como o próprio Jorge Messias.

"Gato escaldado tem medo de água fria", tem dito Lula sempre que defendem a indicação de nomes com os quais não tenha uma ligação pessoal forte.

Lula lembra que boa parte dos ministros do STF da época do Mensalão foram nomeados por ele quando presidente. Naquela época, não levou em conta ligações pessoais. Mas os ministros acabaram por condená-lo, só voltando atrás após as revelações pela Vaza-Jato de que o juiz Sérgio Moro manipulou o julgamento.

Mesmo assim, quando comunicou a Rodrigo Pacheco que ele não seria indicado, e sugeriu que ele concorresse a governador de Minas Gerais, Lula disse ao senador que haveria "uma próxima oportunidade" para sua nomeação.

Apesar do otimismo do presidente em relação a Alcolumbre, é grande a apreensão entre petistas. O Senado tem sido visto como uma barreira contra as decisões da Câmara que prejudicam o governo.

Neste momento, o presidente da Câmara, Hugo Motta [Republicanos-PB], é visto no Palácio do Planalto como um aliado da oposição.

Para os petistas Motta foi o principal artífice da estratégia da oposição de colocar a questão da segurança pública como tema de campanha. Ele entregou a relatoria do Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo governo Lula, a um secretário do governador de São Paulo e possível candidato a presidente, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Antes, chegou a derrubar o aumento do IOF para compensar a isenção de pagamento do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil, quase inviabilizando a proposta do governo.

Para os petistas o relacionamento com Motta só tende a piorar, ainda mais depois que estourou o escândalo do Banco Master e suas ligações com o centrão.

Nos bastidores do PT circula que ainda surgirão mais denúncias contra políticos e, por isso, Motta e Guilherme Derrite tentam descapitalizar a Polícia Federal, que é de onde saem essas investigações.

A tendência, portanto, é de que o governo entre em choque com a Câmara. Por isso, a boa relação com o Senado de Davi Alcolumbre se tornaria cada vez mais necessária.

## Vinícius Lummertz\*

### O Brasil que pune o que dá certo

A reação do prefeito Topázio Neto, de Florianópolis, diante da possibilidade de que municípios estejam transferindo seus cidadãos mais vulneráveis para a capital catarinense, precisa ser analisada sob a ótica da gestão pública e da responsabilidade federativa. Com a ocorrência desta prática, não se trata de exclusão social, mas de falha de coordenação entre entes da federação. Governos locais não podem externalizar seus passivos sociais para outros municípios sem pactuação, planejamento e contrapartidas. O sucesso institucional não pode ser convertido em ônus assimétrico.

Esse debate é frequentemente distorcido por um esquerdismo populista digital que se aproveita das brechas abertas pela democracia

para produzir indignação performática, sem apresentar projetos concretos de desenvolvimento. O objetivo não é formular políticas, mas explorar crises. Esse comportamento repete a diferença histórica que existiu entre os que lutaram pela redemocratização e aqueles que buscavam instaurar outro tipo de autoritarismo. Fernando Gabeira, que conhece a história por dentro, e é de fato corajoso, reconheceu que parte da esquerda da época não tinha a democracia como destino político, mas a utópica ditadura do proletariado. Essa distinção é chave para entender por que setores que deveriam defender soluções institucionais se comportam hoje como sabotadores permanentes. Lênin definia esse fenômeno como o esquerdismo, doença infantil do comunismo.

A ideologia, nesse caso, opera como religião secular. Crê na redenção pela história e na transformação social por decreto. E quando se instala, frequentemente utiliza a democracia como plataforma para o controle político,

como ocorreu na Venezuela, e seu distópico éuforo socialismo bolivariano. É dessa Venezuela que milhares fogem, e é para Santa Catarina que escolhem migrar, porque oportunidades reais pesam mais do que discursos teóricos.

A crítica automática ao prefeito de Floriano repete o mesmo padrão aplicado ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

Pesquisas mostram que mais de 80 por cento dos moradores das comunidades fluminenses apoiam o enfrentamento ao crime organizado, mas, amesma surrada parte do debate insiste em transformar governantes que atuam contra o crime em vilões. Esse reflexo condicionado ignora dados e contextos. É análogo ao LGB-TQI a favor do terrorismo do Hamas.

No caso de Florianópolis, as limitações são objetivas. Quase 60 por cento do território está em áreas de preservação ambiental, incluindo restingas, dunas, manguezais e encostas frágeis. Isso reduz a capacidade de adensamento, de mobilidade e de oferta de serviços públicos. Preservar o bioma não é escolha política, é responsabilidade legal. Da mesma forma, manter índices de segurança entre os mais altos do país é obrigação de governo.

Santa Catarina exerce um papel nacional pouco reconhecido. O estado recebeu mais de 370 mil novos moradores em 2023, liderando o saldo migratório brasileiro. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul perderam população no mesmo período. A migração espontânea indica capacidade de integração, produtividade relativa e eficiência institucional. A crítica ideológica ignora esses dados, mas o mercado e as pessoas não ignoram.

O estado enfrenta ainda forte desequilíbrio federativo. Santa Catarina contribui cer-

ca de dez vezes mais do que recebe da União, enquanto outros estados recebem até dez vezes o que arrecadam. Mesmo assim, lidera rankings de competitividade, segurança e empregabilidade. É um caso raro no Brasil de entrega consistente de resultados apesar das estruturas federativas.

O desafio demográfico reforça a necessidade de planejamento. Segundo o IBGE, Santa Catarina ultrapassará o Rio Grande do Sul em população até 2046 e poderá superar o Paraná mais adiante. Isso pressiona infraestrutura, logística, habitação e governança metropolitana. Não há sustentabilidade possível sem pactuação entre entes federados.

A maior ironia do momento é que os desesperanços da Venezuela, país cuja trajetória ainda encontra defensores ideológicos no Brasil, escolhem Santa Catarina como destino. Escolheriam o Rio de Janeiro se fosse mais seguro. Migrações seguem oportunidades reais, não narrativas políticas. O estado que recebe centenas de milhares de pessoas em um único ano não pode ser acusado de exclusão. É, na verdade, vítima de seu próprio sucesso e da má vontade de setores que preferem o discurso ao dado.

O prefeito Topázio está correto ao apontar limites e responsabilidades. Florianópolis está correta ao exigir cooperação. Santa Catarina está correta ao defender a sustentabilidade de seu modelo. E o Brasil só amadurecerá quando superar infantilismos ideológicos e aprender com quem entrega resultados.

\*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

## EDITORIAL

### O setor público e a diversidade de gênero

A falta de diversidade na esfera pública é um problema estrutural que compromete não apenas a representatividade, mas a própria qualidade do debate democrático. Quando olhamos para quem ocupa cargos de liderança, aparece na mídia, toma decisões políticas ou influencia a formulação de políticas públicas, percebemos um padrão que se repete: são, majoritariamente, as mesmas vozes, os mesmos grupos sociais, as mesmas experiências. Essa homogeneidade não é fruto do acaso, mas resultado de barreiras históricas que limitam a participação plena de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGB-TQIA+, pessoas com deficiência e outras minorias sociais.

O problema começa pelo acesso desigual às oportunidades. A esfera pública costuma exigir capital cultural, redes de contato e recursos que muitos simplesmente não têm. Mesmo quando indivíduos de grupos sub-representados conseguem superar essas barreiras, enfrentam ambientes hostis, marcados por racismo, machismo, capitalismo e preconceitos sutis que minam credibilidade e participação.

Outro agravante é a persistência de uma ideia de neutralidade que, na prática, favorece sempre os mesmos grupos. Há quem defenda que competência é a única medida necessária, ignorando que critérios de "competência" frequentemente são moldados por uma cultura dominante que reconhece mais facilmente o mérito de quem se parece com ela. A esfera pública não é um terreno neutro: ela reflete hierarquias de poder profundamente enraizadas.

A falta de diversidade não é um problema inevitável; é um sintoma de escolhas políticas, culturais e institucionais. E justamente porque é resultado de escolhas, que pode ser transformado. A esfera pública só cumprirá plenamente sua função quando refletir, em sua complexidade, a sociedade que pretende servir.

## Quartos de despejo

Passado o Dia da Consciência Negra nesta quinta-feira (20), agora transformado em feriado nacional, vale relembrar o livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus. Escrito no final da década de 1950 e início da década de 1960, o livro ainda se mostra dolorosamente atual.

"Quarto de Despejo" é o registro de Carolina em diário, no qual ela conta as aguadas de moradora em uma favela que na época havia às margens do rio Tietê, em São Paulo, por onde hoje corre a famosa via Marginal. Carolina foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, então repórter da revista O Cruzeiro.

Audálio impressionou-se com a poesia e sensibilidade de Carolina ao narrar sua vida miserável. Transformou o diário primeiro em reportagem e depois conseguiu que ele fosse publicado em livro, que se tornou um clássico da literatura brasileira.

"Quarto de Despejo" é uma leitura ao mesmo tempo dolorosa e bela. Carolina conta o so-

frimento de quem passa fome, de quem é obrigado a buscar comida no lixo para sobreviver e para fazer com que sobrevivam seus filhos. Ao mesmo tempo, ela encontra imensa poesia ao retratar tal sofrimento. Como quando descreve a fome como sendo "amarela": quando se está com fome, diz ela, todas as demais cores do planeta desaparecem.

Ou na própria sensibilidade para retratar a favela, resumindo-a no título do seu livro. A favela é o "quarto de despejo", e repositório onde a sociedade despeja tudo aquilo que não a interessa mostrar.

Nem todos os personagens retratados por Carolina são negros. Mas boa parte são. Todos, porém, são excluídos, os despejados pela sociedade. Sobre vivendo em um ambiente de absoluta miséria e violência. Que, infelizmente, ainda resiste mais de 70 anos depois.

O Brasil precisa se livrar dos seus quartos de despejo. E colorir imediatamente a vida dos que ainda sentem a fome amarela.

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro,

Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrado 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.